

O Brasil no contexto da governança global

Paulo Roberto de Almeida *
Cadernos Adenauer IX (2008) n. 3, *Governança Global*
(Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, março 2009,
ISBN: 978-85-7504-136-9; p. 199-219).

Sumário:

1. A governança global em transição
2. O Brasil no contexto da governança formal
3. A construção de uma governança alternativa
4. Possibilidades de reorganização institucional

1. A governança global em transição

A governança mundial pode ser examinada: de um lado, em termos sistêmicos, isto é, segundo os temas ou áreas em torno dos quais os atores internacionais se agrupam para discutir e implementar medidas de coordenação, de cooperação ou de integração; e, de outro lado, em termos institucionais, ou seja, em função das organizações, mecanismos e “ferramentas” através dos quais os atores organizam os debates, conduzem as negociações com vistas a um acordo e implementam, depois, suas decisões. A governança pode, assim, ser definida tanto em termos de processo (e de procedimentos negociadores), quanto do ponto de vista dos resultados práticos.

Os principais atores internacionais são, obviamente, os Estados. Mas, em determinadas circunstâncias, atores não-governamentais e até as próprias instituições são chamados a participar desses debates e a colaborar com a implementação e o cumprimento de novas regras que possam ser estabelecidas em uma área qualquer do interesse coletivo dos Estados membros da comunidade internacional. É o caso, por exemplo, de temas humanitários ou ambientais, terrenos nos quais é mais intensa a atuação de grupos de interesse específico, ou das questões sociais, que tendem a atrair ativistas dos mais diferentes horizontes políticos (alguns deles com focos mais precisos, como são os sindicatos de trabalhadores, ao passo que outros apresentam uma ação mais difusa, como podem ser os grupos que militam contra a globalização). Em contrapartida, temas sensíveis como segurança estratégica ou assuntos de natureza militar tendem a ser zelosamente resguardados pelos Estados como esferas de atuação exclusivamente reservadas às burocracias nacionais.

A governança mundial – que não é exatamente global, posto que muitas das organizações internacionais podem até ser universais pelo seu *membership*, mas estão longe de garantir a universalidade do processo decisório – apresenta tanto elementos de continuidade, quanto fatores de inovação, nas últimas seis décadas de atuação dos órgãos onusianos e assemelhados. O Comitê de Tutela da ONU, por exemplo, que era uma espécie de herdeiro institucional dos antigos mandatos coloniais atribuídos ao final da Primeira Guerra Mundial – teoricamente supervisionados pela Liga das Nações – simplesmente deixou de existir, por falta, obviamente, de “territórios coloniais” sobre os quais exercer sua supervisão (sempre teórica ao longo do período). A Organização Internacional do Comércio, por sua vez, criada na Conferência do Comércio e do Emprego de Havana (1947-48), para completar o tripé concebido em Bretton Woods, nunca chegou a existir, tendo sido finalmente “recuperada” – mas num formato substancialmente diverso daquele moldado em Havana – pela Organização Mundial do Comércio, teoricamente mais “igualitária” que suas irmãs de Bretton Woods. O adjetivo “teórico”, aqui usado, não configura necessariamente uma ironia involuntária; apenas quer denotar que as realidades do processo decisório, no contexto mundial, nem sempre correspondem ao princípio westfaliano da igualdade soberana das nações – como pretendia Rui Barbosa na conferência da Haia, em 1907 –, mas expressam, no mais das vezes, a relação real de forças no mundo concreto, que não é o da letra dos tratados internacionais.

Os elementos de continuidade são, provavelmente, mais numerosos. Por exemplo: continua a existir, tal qual desenhado em Dumbarton Oaks e consagrado em São Francisco, ainda que ligeiramente ampliado de membros não permanentes, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o órgão que teoricamente comanda aos destinos da humanidade, ao pretender assegurar a paz e a segurança internacionais. O Conselho Econômico e Social, também ampliado, continua, teoricamente, a assegurar a coordenação das prioridades em matéria de cooperação entre os Estados membros da ONU, com foco especial nos problemas de desenvolvimento. De resto, a maior parte das organizações intergovernamentais, criadas antes ou na imediata conclusão da Segunda Guerra Mundial, continua a desenvolver seu trabalho especializado sem grandes mudanças nos procedimentos ou nos objetivos. Muitos outros órgãos foram criados desde então – para cuidar da indústria, por exemplo, do meio ambiente e de vários outros temas sociais e humanitários – como corresponde à lógica universal e atemporal das burocracias: nunca retroceder, jamais se extinguir, sempre buscar sua

expansão continuada, a ponto de encontrar sua própria *rationale* e os elementos de legitimidade, numa agenda que costuma girar em torno dos próprios interesses das burocracias dessas organizações.

De fato, ocorre aqui uma dupla ilusão: por um lado, o público externo imagina que o mundo vem sendo governado por organizações internacionais cada vez mais “poderosas”, quando na verdade são os Estados membros que determinam as decisões em última instância desses foros de debate e de negociação de acordos multilaterais; por outro lado, os Estados imaginam que são eles que determinam, em grande medida, as agendas de trabalho nesses órgãos, quando são as burocracias desses órgãos que “preparam” e “servem”, ainda que em menor escala (mas certamente de maneira decisiva para os Estados menores), o essencial do menu de trabalho que ocupa continuamente a atenção dos diplomatas. Não se pode dizer que a governança mundial terá um dia “falta do que fazer”, pois que a agenda de trabalho é ocupada continuamente por novos temas (e alguma recorrência dos velhos), aparentemente sempre mais complicados que os anteriores, o que justifica, obviamente, a obesidade crescente desses dinossauros do multilateralismo contemporâneo.

Mesmo com a permanência e continuidade dessas organizações, as mudanças ocorrem; elas são determinadas pelas alterações no perfil econômico e político dos Estados membros, aumentando o peso de alguns, diminuindo o de outros, ainda que estas alterações não se reflitam imediatamente no processo decisório. Na história mundial passada, as grandes mudanças políticas, econômicas e militares no sistema internacional foram obtidas ao fim e ao cabo de violentas disputas estatais por poder e hegemonia. A criação da ONU em 1945 – depois da experiência frustrada da Liga das Nações no entre-guerras – introduziu um novo paradigma de resolução de conflitos entre os Estados mais poderosos, embora o verdadeiro garantidor da situação de paz relativa vivida desde então tenha sido bem mais o instrumento nuclear do que o respeito ao direito internacional e as promessas vagas de manutenção da paz e da segurança internacionais.

Não há, contudo, uma exata correspondência entre poder econômico – e seu exato reflexo na geopolítica do poder mundial – e poder militar; tanto é assim que dois outros Estados, economicamente poderosos – Alemanha e Japão –, não dispõem do poder nuclear ou de extensa capacidade de projetar poder pelas vias tradicionais (embora eles possam se capacitar nuclearmente em pouco tempo, se assim decidirem). Ao lado dos gigantes econômicos e “anões” militares que parecem ser o Japão e a

Alemanha surgem novos países – ditos emergentes – dotados de relativa capacidade econômica e de algum poder militar, mas que não parecem pretender desafiar violentamente a ordem internacional, da mesma forma como fizeram potências expansionistas do passado, como a Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão militarista. Aparentemente, as piores lições de um passado não muito remoto parece terem sido aprendidas e, a despeito de alguma movimentação barulhenta por parte de novos pretendentes à preeminência imperial – como poderiam ser, talvez, a Rússia pós-soviética e a China autocrática-capitalista –, o grande jogo do presente se limita a demonstrações de “exibicionismo geopolítico”, consagrado na noção algo antiquada da defesa de “interesses vitais”, num contexto político e numa estrutura econômica abrangentes, que confirmam a marcha irresistível da interdependência capitalista.

Isto não significa que um pretenso “fim da história” anunciado nas teses sobre a interdependência capitalista traga um futuro composto unicamente por democracias liberais, mas que o “sentido da história” caminha para a interpenetração dos sistemas produtivos, bem como para a crescente fluidez dos fluxos de capitais, de tecnologia, de cooperação científica e intelectual, além e acima das burocracias estatais e dos aparatos militares de segurança nacional. A rigor, nem o otimismo realista de Francis Fukuyama (em seu “The End of History?”, 1989) quanto à convergência possível dos sistemas, nem a modalidade mais ingênua da imbricação de interesses econômicos de Norman Angell (no livro *The Great Illusion*, 1912) são necessariamente desprovidos de qualquer sentido de realidade, ou apresentam-se como inevitavelmente ilusórios, como pretendem os realistas mais duros do jogo do poder. No longo prazo, eles têm aparentemente razão; mas, no curto prazo, as decisões de primeira instância que são tomadas por líderes políticos nem sempre “kantianos” – ou sequer “cartesianos” – não refletem necessariamente o “sentido da história” aludido acima, que caminha, de fato, para a convergência de interesses e posições econômicas e, muito gradualmente, para a expressão formal de um regime político assimilável, em linha de princípio, à democracia liberal (não exatamente similar, contudo, à sua forma anglo-saxã).

A governança global emergiu progressivamente a partir dos entendimentos restritos em Viena (1815: arranjos diplomáticos sobre o teatro europeu e alguns cenários periféricos), Paris (1856: princípios do direito marítimo), Berlim (1884: partilha imperial da África e outras disposições colonialistas) e Versalhes (1919: imposição de reparações à Alemanha e criação de novos Estados na Europa), e dos arranjos mais “universais” de São Francisco (1945: com base nos entendimentos em

petit comité em Ialta e Dumbarton Oaks). Os sistemas então criados apresentavam diferentes graus de abertura recíproca e de controle oligárquico, como corresponde a um sistema concebido entre (quase) “iguais” (certamente “mais iguais” que outras potências menores e países periféricos). Em qualquer hipótese, as configurações adotadas correspondiam a um sistema em permanente transição, posto que refletindo mais imposições de fato do que negociações de direito.

De fato, a arquitetura concebida em cada um desses encontros de grandes potências, e que culminou com a montagem do edifício onusiano, refletia, em última instância, o equilíbrio instável de poderes que tinha sido alcançado ao cabo de alguns grandes conflitos entre eles e com emergentes expansionistas, assim como o poder econômico relativo que cada um conseguiu acumular ao longo de seus respectivos processos de ascensão industrial, expresso em capacitação militar. Obviamente, se tratava apenas do lado político-militar da superestrutura da governança mundial, aquela que tem a ver com os atores dominantes e sua capacidade de projetar poder primário, pela via das armas.

A governança enquanto tal, isto é, instituições e mecanismos dotados de mandatos originais para a administração de interesses comuns dos Estados membros em determinadas áreas de interface recíproca, emerge gradualmente no plano setorial desde a constituição das primeiras uniões intergovernamentais para o tratamento de assuntos técnicos (como comunicações, transportes, propriedade industrial, etc.) na Europa do século XIX. Esse complexo edifício receberá sua forma atual – com diversos acréscimos posteriores – com a criação da ONU e suas muitas agências especializadas, no pós-Segunda Guerra.¹ Mas o mundo pós-1945 ainda é dominado por um número restrito de países – em geral, países europeus, entre eles os EUA, as grandes potências coloniais, os da Commonwealth, que adquiriram independência formal, os latino-americanos independentes desde o início do século XIX e alguns poucos na África, Ásia e Oriente Médio –, situação que começará a ser corrigida apenas a partir dos anos 1960, com a independência das colônias européias. A outra grande expansão do sistema internacional se realiza, obviamente, após a implosão da URSS e a independência de suas repúblicas federadas, assim como com a partilha de várias outras comunidades multi-étnicas (sobretudo nos Bálcãs). Assim, de um

¹ A emergência das principais organizações internacionais e a participação do Brasil na maior parte delas estão descritas em meu livro *O Brasil e o multilateralismo contemporâneo* (Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999).

universo de meia centena de nações independentes, quando do surgimento da ONU, em 1945, o mundo se aproxima de 195 Estados membros no início do século XXI.

Essa ampliação simplesmente quantitativa do número de atores estatais – sem mencionar o crescimento geométrico dos atores não-governamentais – já acarreta mudanças importantes no “manejo” da governança global, ao que se deve agregar as mudanças de natureza qualitativas decorrentes do desenvolvimento econômico, da expansão de interesses externos e da capacidade de “expressão” militar de alguns desses novos atores estatais, em geral potências médias, identificadas na literatura econômica como “países emergentes”. Em outros termos, o processo decisório de caráter restrito, típico do mundo das grandes potências até a Segunda Guerra Mundial foi e está sendo irremediavelmente alterado pela ascensão gradual de novos Estados influentes, bem como pela simples participação de número crescente de pequenos Estados e coalizões de países em torno de causas e interesses os mais diversos.

2. O Brasil no contexto da governança formal

Como o Brasil se situa no contexto da atual governança formal, isto é, aquela determinada pelos órgãos e mecanismos existentes atualmente no sistema mundial?² Seria preciso distinguir, em primeiro lugar, os diversos tipos de governança existentes e visualizar, em seguida, como o Brasil se posiciona, reage ou intervém nas diversas esferas abertas à sua atuação internacional.³ Podemos identificar alguns tipos básicos de governança “global” – na verdade, setorial ou parcial – que poderiam ser agrupados nas categorias seguintes: segurança e estabilidade, funcionamento da economia mundial, cooperação política em favor do desenvolvimento e instrumentos regionais de cooperação e de integração.

2.1. Segurança e estabilidade

² A inserção do Brasil no sistema internacional contemporâneo foi examinada em meu livro *Os Primeiros Anos do Século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

³ Para uma discussão com maior grau de detalhe sobre os principais temas da agenda internacional e a posição do Brasil com respeito a eles, ver meu trabalho: “A ordem política e econômica mundial no início do século XXI: questões da agenda internacional e suas implicações para o Brasil” in Leonardo Nemer Caldeira Brant (coord.), *III Anuário Brasileiro de Direito Internacional* (Belo Horizonte: CEDIN, v. 3, n. 2, 2008, ISSN: 19809484; p. 151-189).

Aspecto crucial para a manutenção da independência e da soberania – e até para a sobrevivência – de países e nações, a questão da segurança internacional jamais recebeu tratamento satisfatório no plano mundial, o que reforça a vertente puramente nacional do poderio militar, assim como o estabelecimento e o reforço de esquemas mais restritos, como podem ser as alianças militares e os pactos de segurança de âmbito geográfico bem determinado. Os gastos militares – e o comércio de armas – continuam a se situar entre as rubricas de maior importância nos orçamentos nacionais e nos planejamentos setoriais de muitos países, competindo com o uso mais contido de verbas sociais e gastos com formação de recursos humanos.

Elemento permanente de reforço das estratégias nacionais de defesa e de segurança de muitos países, as alianças militares desempenharam papel relevante ao longo da história, tanto em termos de esquemas puramente defensivos e dissuasórios, como para fins propriamente ofensivos e belicosos. Desde a Liga Ateniense até a OTAN atual, tal tipo de esquema permite estabelecer uma estrutura de cooperação para a divisão de gastos no setor da segurança; mas o mais provável de ocorrer é que um membro mais poderoso assumira um papel protagônico no comando e na definição da doutrina e princípios estratégicos da aliança militar em questão.

O Brasil não pertence a nenhuma aliança ou esquema militar estrito senso, ainda que ele tenha sido um dos patrocinadores do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1948), esquema hemisférico de defesa coletiva que possui algum parentesco conceitual com a OTAN sem exibir seu comando militar unificado ou suas forças efetivas. De toda forma, esse pacto mais consultivo do que operacional nunca foi testado na prática e quando invocado concretamente – durante o episódio da invasão argentina das ilhas Falklands-Malvinas – ele foi solenemente ignorado pela principal potência hemisférica. Mais recentemente, o Brasil propôs um vago Conselho Sul-Americano de Defesa, que deve funcionar no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) com espírito igualmente consultivo, mas pretendendo, também, alguma coordenação de políticas em matérias de equipamento e medidas de defesa.

No plano multilateral, o cenário é ainda mais nebuloso. Depois do rotundo fracasso dos mecanismos de segurança coletiva da Liga das Nações – incapaz de sancionar e coibir a invasão da Mandchuria e da Etiópia pelo Japão e pela Itália respectivamente, assim como a remilitarização e o jogo expansionista da Alemanha nazista – as “nações aliadas” (ou seja, as potências vitoriosas, pelo menos prospectivamente) da Segunda Guerra conceberam e implementaram um sistema que

deveria permitir o controle e a devida sanção para os Estados que ameaçassem a paz e a segurança internacionais. O único problema do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi o que de que ele exigia o acordo unânime de seus cinco membros permanentes – EUA, URSS-Rússia, Reino Unido, França e China (República da China de 1945 a 1971, República Popular, desde então) – para implementar qualquer decisão tendente ao uso da força, na verdade, toda e qualquer resolução de caráter político envolvendo interesses maiores (ou menores) dessas mesmas potências. Não é preciso dizer que o CSNU esteve, ou foi mantido, à margem dos conflitos militares mais importantes da segunda metade do século XX, como foram a guerra do Vietnã e os diversos enfrentamentos entre Israel e os países árabes no Oriente Médio.

O requisito da unanimidade fez com que a ONU jamais dispusesse de uma Comissão Militar efetiva, capaz de deslocar tropas para operações de paz, contentando-se com repetidas missões de manutenção da paz – *peace keeping* – e alguma poucas missões de imposição de paz – *peace making* – desde quando aqueles membros permanentes estivesse de acordo quanto a seu mandato preciso. Em qualquer hipótese, porém, o CSNU é percebido, certa ou equivocadamente, como o detentor em última instância dos vetores de poder legitimamente sancionados pelo direito internacional para atuar em nome dos Estados membros da ONU. Essa mesma característica faz com o Brasil tenha declarado, em diversas ocasiões, sua candidatura a uma cadeira de membro permanente, sem que tal desejo tenha sido realizado em virtude da complexidade natural do problema e dos vetos recíprocos que membros permanentes e outros aspirantes impõem ao ingresso de determinados candidatos, não tanto contra o Brasil, que tem poucos opositores, mas contra o Japão (China), a Índia (Paquistão) e a Alemanha (Itália e, possivelmente, outros europeus).

Não se pode esperar, nessas circunstâncias, muitos progressos na questão da “governança” militar do planeta, que continuará a ser “assegurada” por um sistema instável de equilíbrio estratégico entre as grandes potências, que continuarão a atuar de forma relativamente independente umas das outras, com suas alianças formais e informais e algum exercício de hegemonismo explícito em suas zonas de influência respectivas. Em qualquer hipótese, o Brasil e os países do Cone Sul, como de resto a América Latina, são relativamente marginais em relação a possíveis cenários de conflitos inter-estatais e tampouco têm condições de influenciar a balança estratégica em qualquer outro teatro de operações. Talvez seja melhor assim. Aliás, os únicos focos de tensão no continente sul-americano parecem ser as ameaças, mais policiais

do que propriamente militares, dos grupos armados que não têm poder de fogo para derrubar qualquer Estado organizado, e que fizeram do tráfico de drogas e da indústria de seqüestros suas principais fontes de receita, em estreito contato com outros bandos do crime organizado em metrópoles da região. Esta parece relativamente imune aos problemas do terrorismo e da proliferação nuclear.

2.2. Funcionamento da economia mundial

Trata-se, provavelmente, do universo mais importante do ponto de vista do desenvolvimento nacional e da inserção internacional do Brasil, o *Leitmotiv* de sua diplomacia desde algumas décadas, talvez por mais de meio século.⁴ O Brasil foi relativamente precoce na adesão a diversos tipos de organizações internacionais a caráter econômico, desde a União Internacional dos Telégrafos (1875) e a União de Paris sobre propriedade industrial (1883), na segunda metade do século XIX, até a Organização Mundial do Comércio (1995), passando pelas instituições de Bretton Woods (1944) e pela Unctad (1964), entre muitas outras.⁵

O Brasil participou da criação e do desenvolvimento dessas organizações, mas é um fato que seu papel institucional foi muito variado segundo o processo decisório envolvido em cada uma delas. Ainda que membro fundador da maior parte dessas organizações econômicas, a capacidade de influência do Brasil foi extremamente limitada na maior parte delas, aumentando progressivamente com seu envolvimento na agenda de cada uma delas ao longo dos anos, com especial ênfase nas voltadas para a temática do comércio e do desenvolvimento. Durante quase todo o século XIX e na primeira metade do século XX, o Brasil esteve concentrado exclusivamente na defesa do café e de sua posição como tomador de empréstimos no mercado londrino. Seus interesses como grande exportador de café – de onde provinham a maior parte de suas receitas de exportação e uma parte das receitas fiscais – e sua reputação de bom pagador dos créditos concedidos eram determinantes na definição e orientação de sua diplomacia, que nessa época consistia, essencialmente, numa diplomacia do café.

O Brasil participou de Bretton Woods basicamente como um exportador de café – ali reivindicando políticas em defesa dos produtores de produtos básicos –, mas

⁴ Ver, por exemplo, Rubens Ricupero, “A Diplomacia do Desenvolvimento”. In João Hermes Pereira de Araújo; Marcos Azambuja, Rubens Ricupero. *Três Ensaios de Diplomacia Brasileira*. Brasília: MRE, 1989, p. 193-209.

⁵ Cf. Paulo Roberto de Almeida, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 2^a. ed.; São Paulo: SENAC-SP, 2005.

já esteve envolvido na criação do GATT como um defensor de seu processo nacional de desenvolvimento industrial, reivindicando, explicitamente, o direito de adotar políticas condizentes com esse objetivo, nas áreas comercial, fiscal, cambial e setorial. Na primeira fase do GATT, contudo, sua atitude foi basicamente defensiva, inclusive porque o quadro doméstico da política comercial era ainda confuso, com dispositivos discriminatórios adotados nas décadas anteriores para fazer face aos constrangimentos criados pela falta de divisas decorrente da crise mundial dos anos 1930 e as restrições derivadas do fechamento geral das economias numa fase de enormes turbulências mundiais. A reforma da legislação relativa ao comércio exterior – com nova tarifa aduaneira adotada em 1957, de sentido claramente protecionista – obrigou o Brasil a praticamente renegociar sua adesão ao GATT, no contexto de uma postura geral em defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. As demandas então feitas em favor do tratamento diferenciado e mais favorável para estes últimos, em nome do princípio da não-reciprocidade, assim como do direito de serem adotadas medidas especiais para favorecer seus processos de industrialização, conformaram uma postura que se manteve inalterada pelas décadas seguintes, praticamente até os nossos dias.

Na área financeira, o Brasil foi essencialmente um usuário constante dos diferentes mecanismos existentes de financiamento multilateral, fazendo largo uso das linhas de crédito de longo prazo dos bancos de fomento – BIRD e BID, do qual ele foi um dos mais empenhados promotores – e recorrendo ao FMI cada vez que a situação do balanço de pagamentos apontava para a inadimplência ocasional de obrigações externas. O Brasil também fez uso extensivo do financiamento bilateral – crédito oficial concedido pelos países credores para grandes projetos de infra-estrutura –, tendo renegociado dívidas bilaterais no âmbito do Clube de Paris em diversas ocasiões (a última das quais, pela quinta vez, em 1992).

No período recente, em função das crises financeiras do México (1994) e dos países asiáticos (1997), da moratória da Rússia (1998), da crise terminal do regime de conversibilidade na Argentina (2001) e das turbulências cambiais criadas pelo seu próprio processo de transição eleitoral (2002), o país se viu levado a concluir três grandes pacotes de ajuda financeira com as instituições de crédito multilateral e com países credores, que foram essenciais para a preservação de sua capacidade de pagamentos externos. Todos esses acordos – em 1998, por um montante de US\$ 41,5 bilhões; em 2001, no valor de US\$ 15 bilhões; em 2002, pelo valor inédito de US\$ 30 bilhões, exclusivamente com o FMI – tiveram caráter preventivo e permitiram ao país

continuar sua trajetória de ajuste em meio à redução do financiamento normal das instituições comerciais. A crise financeira de 2008 finalmente contemplou uma antiga reivindicação feita pelo Brasil, no sentido de serem instituídas linhas de crédito emergenciais, em condições facilitadas, para países dotados de políticas econômicas sólidas, mas enfrentando problemas temporários de liquidez: a proposta, formulada pelo ministro Pedro Malan, sob sugestão do representante brasileiro no FMI, Murilo Portugal, foi finalmente aprovada no bojo das turbulências surgidas em 2007 nos EUA e que se espalharam pelos demais países em 2008.

2.3. Cooperação política em favor do desenvolvimento

Mais do que em qualquer outra área de cooperação internacional, arranjos em favor dos países em desenvolvimento sempre foram objeto de atenção privilegiada da diplomacia brasileira, em especial a introdução de mecanismos nas seguintes áreas: normas de não-reciprocidade no comércio mundial; acordos visando à estabilização do intercâmbio de produtos de base; disposições para o acesso facilitado às patentes e para a transferência de tecnologia; assistência técnica e financeira a planos nacionais de capacitação industrial; enfim, liberdade para a adoção de políticas domésticas comprometidas com projetos nacionais de desenvolvimento (e que poderiam implicar, eventualmente, em algum tratamento discriminatório em relação aos investimentos diretos estrangeiros ou em restrições ao livre fluxo de capitais).

O Brasil foi um dos propugnadores de reformas institucionais no GATT – que redundaram no acréscimo de uma parte IV, sobre comércio e desenvolvimento, ao texto original de 1947 –, foi um dos iniciadores de acordos internacionais de produtos de base – em especial café, cacau e vários outros –, assim como foi um dos mais entusiásticos propugnadores de um papel ativo para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) no tratamento de diversas questões interessando aos países em desenvolvimento na economia mundial (inclusive no que toca a tecnologia e investimentos). No auge dos esforços pelo estabelecimento de uma “nova ordem econômica internacional” (anos 1970), sua diplomacia se engajou a fundo nas propostas de reformas institucionais nos principais acordos e instrumentos internacionais regulando comércio, tecnologia, fluxos de capitais e de investimentos e propriedade intelectual.

Em relação às patentes, por exemplo, consoante sua legislação restritiva pré-1996, o Brasil apoiou a revisão da Convenção de Paris visando conceder licenças

compulsórias em caso de não exploração da inovação protegida. Mesmo após a aprovação das disposições mais exigentes do acordo de Trips (Rodada Uruguai), o país continuou a lutar pela facilitação do uso de patentes farmacêuticas, tendo feito aprovar, na reunião ministerial de Doha (2001) da OMC, uma declaração sobre saúde e propriedade intelectual que persegue basicamente os mesmos objetivos. Da mesma forma, o país mantém reservas, quando não oposição de fato, aos arranjos existentes em matéria de proteção ao investimento estrangeiro direto, preferindo que o campo continue regulado por disposições basicamente nacionais.

A abertura econômica e a liberalização comercial operadas no curso dos anos 1990, bem como a evolução institucional que reduziu o grau de discriminação contra o capital estrangeiro antes existente em sua Constituição, fizeram com o que Brasil diminuísse parcialmente a tonalidade desenvolvimentista de seu discurso diplomático. Mas a orientação geral nunca foi modificada, tendo voltado com força a partir da nova administração Lula, em 2003. O discurso voltou a ser inequivocamente favorável à cooperação Sul-Sul e quase todas as iniciativas tomadas nesse âmbito demonstram o desejo de “alterar a relação de forças” existente no mundo e de criar “uma nova geografia comercial internacional”, na qual os países do Sul “fujam da dependência” dos países desenvolvidos para estabelecer vínculos mais fortes entre si.

2.4. Instrumentos regionais de cooperação e de integração

O movimento integracionista pode não ser novo na história diplomática do Brasil – datando, a rigor, de meados dos anos 1950, quando se cogitou da criação de uma área comercial preferencial no Cone Sul, primeiro sob a forma da Alalc (1960), sucedida pela Aladi (1980) – mas foi no período posterior à redemocratização política (1985) que ele tomou impulso de maneira mais pragmática. Iniciado pela definição de um mercado comum bilateral Brasil-Argentina (1988), o movimento se desdobrou na constituição do Mercosul (1991), com a adesão de Paraguai e Uruguai ao processo, e a abertura negociada a novos associados (Chile e Bolívia em 1996; Peru em 2003; Venezuela como “membro pleno em processo de adesão” em 2006). Ao mesmo tempo, se envidavam esforços para a criação de uma Área de Livre-Comércio Sul-Americana, iniciativa ainda não concluída a despeito dos acordos de liberalização comercial entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (mas dotados de baixo ímpeto de criação de novas correntes de comércio).

Na administração Lula, os esforços foram redobrados, num sentido mais declaradamente político e social do que propriamente econômico ou comercial, com a proposta, primeiro, de uma Comunidade Sul-Americana de Nações (2005), logo substituída pela União de Nações Sul-Americanas, ainda em implementação a partir de um tratado constitutivo assinado em Brasília, em maio de 2008. Existe uma notória multiplicação de iniciativas, algumas redundantes, todas elas destinadas a reforçar o papel do Brasil enquanto elemento central de um espaço econômico integrado na América do Sul – conceito geográfico que passou a ser privilegiado pela diplomacia brasileira a partir do início dos anos 1990, em substituição ao anterior, mais vago, de América Latina – e também sua presença política hemisférica e internacional. Todos esses movimentos são considerados relevantes não apenas em função do objetivo imediato da integração, mas também como parte de um esforço maior de afirmação da presença internacional do Brasil na interlocução com outros atores relevantes.

3. A construção de uma governança alternativa

Sem ter sido um contestador contumaz das estruturas políticas internacionais, o Brasil conduziu, durante a maior parte de sua trajetória institucional externa, um esforço metódico – ainda que nem sempre regular ou coordenado – de reforma das principais organizações multilaterais, sempre com o sentido de abrir espaços para os “pequenos sócios” em suas respectivas instâncias decisórias, bem como no de criar mecanismos e de distribuir recursos para facilitar o processo de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Esses esforços foram geralmente conduzidos através dos grupos existentes no contexto da ONU – Grupo Latino-Americano e G77, sobretudo – mas eventualmente também por meio de grupos ad hoc criados para algum problema específico. Pode-se dizer que sem jamais ter pertencido ao Movimento Não-Alinhado – agrupamento político que, a partir de meados dos anos 1950 e início dos 60, visava afirmar posições próprias, sem compromissos com as potências ocidentais ou o bloco socialista – o Brasil esteve praticamente 100% alinhado ao G77, do qual sempre foi um dos principais líderes.

A linha reformista sempre foi mais afirmada no contexto do GATT ou dos próprios foros voltados para as questões do desenvolvimento – Ecosoc, Unctad, outras organizações especializadas da ONU – do que no âmbito das entidades financeiras de Bretton Woods, nas quais sua influência sempre foi mais limitada (à exceção do BID, no qual seus direitos de voto sempre foram mais importantes). Mesmo sem pertencer

a nenhuma das entidades típicas do mundo desenvolvido, o Brasil sempre manteve um diálogo de alto nível com elas ou seus membros mais representativos (Alemanha e França, no quadro de organizações como CE-UE, mais EUA e Japão, no caso da OCDE e do G7). Grande parte desse diálogo sempre esteve ligado às preocupações do Brasil com seus esforços de desenvolvimento e seu financiamento adequado – daí a importância de um bom relacionamento com os principais membros do Clube de Paris – mas o desejo sempre afirmado de ingresso no CSNU também esteve presente nessas interlocuções de alto nível.

Mais recentemente, a partir da presidência Lula (2003-2006 e 2007-2010), o Brasil conduziu uma diplomacia especialmente ativa, buscando o diálogo reforçado com todos esses parceiros e com novos interlocutores em todos os quadrantes, com ênfase nos grandes países emergentes, com os quais o Brasil procurou estabelecer uma “parceria estratégica”. As principais prioridades eram a conquista de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, a conclusão exitosa da Rodada Doha, o reforço do Mercosul e a construção de um espaço politicamente integrado na América do Sul (podendo servir de suporte a uma área de livre-comércio), a coordenação política com outros países emergentes em prol do reforço do multilateralismo e a construção de um “mundo multipolar”, como várias vezes mencionado pelos próprios titulares de sua diplomacia.

No plano institucional, os objetivos eram, justamente, a reforma da Carta das Nações Unidas para a consecução daquela primeira meta e, num plano mais geral, a reforma das organizações econômicas internacionais, com a finalidade de integrar mais plenamente os países em desenvolvimento nas grandes correntes da economia mundial. Esses objetivos foram buscados através de uma hiperativa diplomacia presidencial, feita de muitos encontros bilaterais e de muitas reuniões de cúpula e de chanceleres, não apenas no âmbito regional e no contexto dos “parceiros estratégicos” – África do Sul, Índia, China, Rússia –, mas também em encontros bi-continentais, como aqueles organizados pela diplomacia brasileira entre os presidentes da América do Sul e dirigentes dos países árabes e dos países africanos. Ao mesmo tempo em que fazia um boicote discreto a foros que tinham a presença dos EUA – como o projeto da Alca e a própria OEA – ou de países europeus – como a Cúpula Ibero-americana – a diplomacia brasileira se lançava em várias iniciativas concorrentes e simultâneas.

Uma das primeiras iniciativas, logo no primeiro semestre de 2003, foi o Ibas (foro de diálogo Índia-Brasil-África do Sul), no âmbito do qual diferentes grupos de

trabalho, com níveis diversos de representação, foram criados para estimular a cooperação trilateral em muitas áreas de cunho social e econômico. Logo em seguida surgiu o G20 – ainda que não inicialmente com essa designação exata –, instância de coordenação de posições na temática agrícola da Rodada Doha, que conseguiu exercer um papel ativo em uma agenda mais defensiva – qual seja, impedir a continuidade do protecionismo e do subvencionismo agrícola dos EUA e da UE nas mesmas bases –, mas que não foi capaz de coordenar posições em sua agenda ofensiva, isto é, oferecer concessões em contrapartida para o fechamento de um acordo nessa área (em virtude, basicamente, da rigidez de postura da Índia e da China, que não desejavam eliminar suas próprias práticas protecionistas e subvencionistas e ainda pretendiam introduzir mecanismos especiais de salvaguarda que fatalmente atingiriam exportações agrícolas brasileiras).

Sem descurar o diálogo com os países avançados, o presidente Lula tem se esforçado para comparecer às reuniões anuais do Fórum Econômico Mundial, em Davos, não sem ter visitado pessoalmente e autorizado ministros seus a comparecer também ao Fórum Social Mundial, que pode ser considerado o exato contraponto do primeiro, quando não um opositor declarado das posições capitalistas daquele. Mas, é no foro de Davos que Lula encontra-se com líderes empresariais e chefes de Estado das maiores economias do mundo, com os quais ele tenta fazer avançar sua agenda de combate à fome e à miséria no mundo. É a partir desse tipo de encontro que são examinados os principais temas correntes da economia e da política globais, que depois serão objeto de discussão nos encontros anuais de cúpula do G8, para os quais são convidados um número variável de países emergentes. O Brasil, junto com Índia, China, África do Sul e México, sempre está presente, tendo o grupo sido identificado como G-5 (ou Outreach Five). A presença é sobretudo legitimadora, pois as posições do grupo são raramente levadas em conta nas resoluções e comunicados do G8.

As interações pessoais em encontros desse tipo serviram, pelo menos, para que, aproveitando a sugestão existente de um seletivo grupo de economias emergentes com impacto atual e futuro sobre a economia mundial – a partir de simulações efetuadas por um banco de investimentos, o Goldman Sachs – fosse constituído o Bric (foro de diálogo entre Brasil, Rússia, Índia e China) que ainda está construindo a sua agenda de trabalho. A percepção – mais jornalística do que propriamente acadêmica – de que esses países podem impactar, de fato, a economia mundial é, provavelmente, mais forte do que um eventual posicionamento comum em relação aos principais

temas da agenda mundial, mas não se pode descartar a formação de mecanismos de cooperação, a despeito de grandes diferenças políticas, e até mesmo diplomáticas, entre eles. A simbologia é, contudo, bastante poderosa e o grupo pode efetivamente evoluir para uma posição relevante no cenário internacional.

Para o presidente Lula, o Brasil tem uma “dívida histórica” com a África, em virtude da escravidão passada e das muitas influências dos povos africanos sobre a cultura brasileira. Partindo dessa premissa, a diplomacia brasileira engajou esforços especiais para reforçar os laços diplomáticos, econômicos e de cooperação técnica com os países africanos e, sob orientação expressa do presidente, abriu várias novas embaixadas, reforçou as existentes e empreendeu programas de cooperação bilateral em diversas áreas de interesse africano e de capacitação brasileira, como programas de combate à Aids e de cooperação agrícola (um escritório da Embrapa foi aberto em Accra e uma fábrica de medicamentos em Maputo). Uma ênfase especial vem sendo dada às ex-colônias portuguesas, em especial através da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa): criada em 1996, para promover a cooperação entre os países membros (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé e Príncipe), a CPLP pode servir, embora não seja essa a intenção, para a projeção ulterior de empresas brasileiras no continente africano.

Os mesmos objetivos econômicos e comerciais – ademais do desejo brasileiro de congregar apoios para suas pretensões no quadro da reforma da Carta da ONU – podem também estar atrás das conferências de cúpula entre a América do Sul e os países árabes, de um lado, e os africanos, de outro: embora as declarações conjuntas enfatizem os aspectos políticos, seus prolongamentos envolvendo o Mercosul podem resultar na negociação de acordos de preferências tarifárias. Acordos desse tipo foram ou estão sendo negociados com o Marrocos e com os membros do Conselho de Cooperação do Golfo. Em formato à parte, provavelmente por razões essencialmente políticas, o Mercosul concluiu um acordo de livre-comércio com Israel.

As iniciativas mais importantes da diplomacia brasileira, contudo, foram empreendidas na própria região. Elas podem ser consideradas como fazendo parte de um projeto mais vasto de construção de uma “governança”, sob a liderança brasileira, alternativa às formas tradicionais de relacionamento desses países com o gigante hemisférico, hoje mais ausente ou distante da América do Sul do que nos últimos cem anos. O ponto de partida foi obviamente o Mercosul, um projeto de mercado comum que ainda não conseguiu consolidar sua união aduaneira e que vem enfrentando crises

periódicas desde 1999, quando a desvalorização cambial brasileira dá início à revisão do próprio regime argentino de conversibilidade, contra a vontade do país. Sem muita condição de avançar no terreno econômico ou comercial, o Brasil multiplicou frentes de trabalho em áreas políticas (Parlamento do Mercosul) e sociais (acordos e reuniões no âmbito educacional, cultural e outras) e acomodou diversas reclamações argentinas por meio de uma atitude tolerante em relação às muitas restrições impostas a produtos brasileiros naquele mercado.

O processo de expansão do Mercosul na América do Sul começou com uma tentativa frustrada de obter a adesão plena do Chile – impossível de materializar-se, contudo, em vista da divergência de tarifas e de posturas em política comercial – e de completar a associação da Bolívia mediante uma permissão para seu ingresso no esquema sem passar pela Tarifa Externa Comum (o que foi vetado pela Argentina). A associação dos andinos não se refletiu em maiores volumes de comércio total, mas a penetração brasileira nesses mercados tem sido relevante. A Venezuela foi admitida politicamente – sem ter ainda cumprido os requisitos da união aduaneira – mas seu ingresso definitivo encontra resistência no Senado brasileiro, por razões igualmente políticas.

As iniciativas brasileiras tiveram continuidade por meio da Comunidade Sul-Americana de Nações, que deveria recolher, em princípio, o portfólio de projetos de integração física coordenado pelo secretariado técnico da IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana, criada ao cabo da primeira reunião de chefes de Estado e de governo da América do Sul, realizada em Brasília, em 2000 – mas que tem sofrido descontinuidades desde então, em vista de importantes mudanças políticas ocorridas em diversos países da região desde então, notadamente na Bolívia, no Equador e também na Venezuela. A Casa – como foi chamada, a partir de sua reunião inaugural no Peru, em dezembro de 2005 – não chegou, contudo, a ser implementada segundo a visão brasileira, tendo sofrido percalços políticos até ser convertida na Unasul (União das Nações Sul-Americanas). Esta deveria, em princípio, recuperar o portfólio de projetos de integração da IIRSA, nas áreas de infra-estrutura (transportes, energia, comunicações) e meio ambiente. Aparentemente, porém, passará a dedicar mais atenção a questões de natureza política – a exemplo da discussão em torno dos conflitos internos na Bolívia – e de segurança, temática para a qual foi concebido o Conselho de Defesa Sul-Americana, cuja exata amplitude de atuação e modalidades de funcionamento devem ainda ser detalhadas.

Já empenhada no esforço para integrar os doze países da América do Sul, a diplomacia presidencial brasileira concebeu ainda um novo projeto de integração, desta vez em escala latino-americana. A Cúpula da América Latina e do Caribe, aberta a todos os países da região – incluindo Cuba, portanto – pretende caminhar em direção da integração comercial a partir dos blocos existentes. Resta saber se o atrativo do mercado brasileiro será suficiente para compensar a ausência dos EUA.

4. Possibilidades de reorganização institucional

A governança mundial deveria ter a ver, primariamente, com: a gestão comum de problemas comuns, como podem ser os da segurança e estabilidade política – o que implica no controle de Estados belicosos, expansionistas, movimentos terroristas e fenômenos do gênero; os do desenvolvimento equilibrado dos países mais pobres – posto que os Estados falidos podem começar a exportar a sua miséria para os países ricos; os da preservação do meio ambiente – já que os desequilíbrios provocados pela ação humana, industrial e agrícola, podem acarretar desastres ambientais que impactarão profundamente as atividades das futuras gerações humanas; e também as crises provocados pela própria incúria ou má gestão de assuntos econômicos pelas autoridades nacionais – como acaba, precisamente, de ocorrer nos EUA, com efeitos potencialmente desastrosos para os demais países.

Esta é, contudo, uma visão idealista, ou ingênua, da governança mundial, pois o mais freqüente que ocorra é que as autoridades nacionais cuidem dos seus próprios problemas e, como também se vê freqüentemente, tentem praticar políticas de *beggar-thy-neighbor*, ou de exportação da crise para os seus vizinhos. De fato, é o que vem ocorrendo desde tempos imemoriais, práticas ainda hoje presentes no protecionismo dos países ricos, na recusa de ceder espaço econômico ou político a concorrentes mais poderosos no cenário internacional, na incapacidade ou na falta efetiva de vontade de empreender ações corretivas nos planos ambiental, criminal (tráfico de drogas ou de pessoas, por exemplo) e em outras áreas com possível impacto extra-fronteiras.

Grandes reformas da governança mundial costumam ocorrer como resultado de guerras globais, revoluções culturais – tão difíceis de definir como, de fato, ocorrer – ou, talvez, grandes desastres humanos (dos quais ainda não temos nenhum registro perfeito, com exceção, talvez, da peste negra, na Idade Média). Os grandes conflitos militares dos séculos XIX e XX – guerras napoleônicas, lutas de independência na América Latina e pela unificação nacional da Alemanha e de alguns outros países, as

guerras globais de 1914 a 1945 – tiveram esse poder e, de fato, resultaram em grandes conferências diplomáticas que reconheceram a mudança de *status* entre países (alguns até desapareceram). Movimentos culturais, com algumas guerras de baixa intensidade, como o nacionalismo independentista de meados do século XX (ou até mesmo antes) também tiveram esse poder, mesmo na ausência de conferências ratificadoras. Crises sanitárias ou epidemias devastadoras – como a gripe espanhola e a Aids – nem sempre têm esse poder, ainda que seus efeitos sobre alguns países possam ser extremamente relevantes. Desastres ambientais são bastante raros e, provavelmente, as catástrofes já anunciadas a partir da constatação do aquecimento global terão o poder de obrigar os homens e as sociedades a empreenderem as necessárias correções comportamentais e a reestruturação de seus sistemas produtivos.

Não é seguro que a crise econômica, em curso no segundo semestre de 2008, nos principais países desenvolvidos (mas com potencial para maior disseminação geográfica), tenha o poder de provocar grandes mudanças na governança mundial, posto que os dirigentes nacionais têm exercido algum grau de coordenação na busca de soluções temporárias ou parciais aos problemas detectados. Obviamente, o capitalismo não está em jogo; tão simplesmente algumas práticas de mercado que foram distorcidas ou exageradas pela ação de governos – pois são eles que fixam as regras de atuação dos agentes nos mercados – e que redundaram em desequilíbrios temporários. O que está em jogo, na verdade, são apenas algumas normas de funcionamento desses mercados: eles provavelmente serão submetidos a maiores controles e funcionarão, temporariamente, de forma mais lenta e menos dinâmica (com perdas conseqüentes de oportunidades de ganho e de criação de riqueza).

Os países que mais se beneficiaram com a situação anterior provavelmente resistirão à mudança, assim como aqueles atualmente em posição subalterna no jogo da fixação de regras tentarão revertê-las desta vez em seu favor, ainda que não exista perfeita consciência sobre o que fazer. Demandas por um novo Bretton Woods são claramente exageradas, posto que não existem (ainda?) as condições requeridas para tanto, que são uma completa ruptura do *status quo ante*, a existência de um conjunto de visões coincidentes no mesmo diagnóstico de situação e uma coalizão de vontades apontando numa mesma direção. Em Bretton Woods, como já disse um observador, atuaram basicamente os EUA e o Reino Unido, sendo todos os demais países meros

figurantes.⁶ Não se vê como reproduzir uma situação – não semelhante, mas – similar, desta vez. Bretton Woods II é, portanto, um sonho quimérico. O mais provável é que ocorram apenas ajustes tópicos e setoriais, como o aperfeiçoamento dos instrumentos e dos mecanismos de seguimento dos mercados financeiros por autoridades nacionais e internacionais.

Em qualquer hipótese, o peso e a influência do Brasil no estabelecimento das regras da governança financeira futura são propriamente reduzidos, para não dizer bastante marginais. Detendo pouco mais de 1% do comércio internacional, sendo um importador líquido de capitais (em suas diversas formas), ostentando uma moeda não conversível e reservas internacionais relativamente reduzidas, e ainda menos *know-how* a respeito do funcionamento dos mercados financeiros – ou seja, uma expertise reduzida da burocracia envolvida nesse tipo de assunto, basicamente restrita ao Banco Central –, é pouco provável que o Brasil venha a desempenhar algum papel de relevo na definição de regras, a não ser como parte de algum consenso de ocasião (ou seja, não doutrinal ou derivado da experiência).

Mesmo no terreno do comércio internacional, onde suas possibilidades são mais seguras, tendo em vista a expertise e a capacidade de liderança da diplomacia brasileira, já amplamente demonstradas, não é certo que o Brasil consiga dobrar as regras do jogo a seu favor, pelo menos na dimensão requerida pelos atuais dirigentes. Como observado em ocasiões anteriores, mudanças nas regras do jogo do comércio internacional tendem a refletir alterações já registradas no mundo econômico real, que é normalmente impulsionado pelos investimentos diretos e por práticas concorrenciais das grandes empresas internacionais. São elas, aliás, que “influenciam” as posições dos congressistas e outras autoridades políticas, que têm de “tomar” decisões quanto ao que aceitar ou recusar no grande jogo do sistema multilateral de comércio (que, de fato, mais se assemelha a um mercantilismo bem administrado do que a um jogo de livre concorrência entre firmas atuando com base unicamente em regras de mercado).

Em contrapartida, o Brasil talvez possa exercer algum papel positivo na futura governança da matriz energética que deverá emergir a partir da lenta decadência das fontes fósseis e da, ainda mais lenta, emergência de fontes renováveis de combustíveis (entre elas o etanol e diversas formas de biodiesel). O país está aparentemente bem

⁶ Ver o estudo de Richard N. Gardner, *Sterling-Dollar Diplomacy in Current Perspective: The origins and the prospects of our international economic order*. New York: Columbia University Press, 1980.

dotado para isso; mas escolhas políticas, econômicas e tecnológicas precisariam ser feitas no plano interno, em perfeita sintonia com tendências que possam ser detectadas nos mercados internacionais neste mesmo momento. À diferença das finanças internacionais ou do sistema multilateral de comércio, nos quais as regras do jogo já estão em grande medida definidas, no terreno das energias alternativas não há sequer um *road map* para orientar os tomadores de decisão quanto ao que deve, ou que poderia, ser feito para tornar o mundo menos dependente das fontes de energia fóssil.

Não se trata, porém, de um jogo fácil, uma vez que as economias nacionais atuam, normalmente, com base em “pesos” do passado – que são as fontes da matriz energética ainda em vigor –, que continuam a exercer sua influência nas decisões do presente e nas escolhas do futuro. Governança significa, precisamente, capacidade de prever direções possíveis, ou necessárias, e de exercer certa liderança intelectual na definição de novos caminhos e, depois, a indispensável força de convencimento para que as decisões corretas sejam adotadas. Não é certo, hoje, que o Brasil esteja sequer próximo de exercer essa liderança no terreno das energias renováveis. Mas este parece ser o campo mais fértil para um exercício de imaginação por parte dos cientistas brasileiros e suas lideranças políticas nos anos à frente.

* Paulo Roberto de Almeida é diplomata de carreira, doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984), mestre em planejamento econômico pela Universidade de Antuérpia (1977) e professor de Economia Política Internacional no programa de mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Possui diversos livros publicados sobre temas história diplomática e de relações econômicas internacionais (www.pralmeida.org; pralmeida@mac.com).

Artigo para o terceiro volume da série
Cadernos Adenauer (2008)
Tema: instituições de governança global.
[Brasília, 3 novembro 2008]